

HUMANAS E SOCIAIS

V.9 • N.3 • 2022 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2022v9n3p88-101



AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA DEPRESSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF DEPRESSION IN
CONTEMPORANEITY

LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA DEPRESIÓN EN LA
CONTEMPORANEIDAD

Gilson Gomes Coelho¹
Geovanna Goulart Prudente²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo elaborar uma análise sobre a Depressão e a Representação Social perante a atual conjuntura da sociedade. Para isto, o referido trabalho caracteriza-se como uma pesquisa teórica de caráter bibliográfico e qualitativo realizada por meio de estudos de livros, artigos e revistas científicas e sites habilitados referente a temática, com o intuito de fomentar respostas ao quesito demandado. Desse modo, o tema é referenciado e de grande relevância, pois estudar os aspectos da representação social em relação com a depressão é de extrema importância, uma vez que, as representações sociais são categorias do pensamento científico que expressam a realidade social, tem a capacidade de explicar, compreender, questionar as relações sociais vigentes. Com isso, buscamos resgatar as dimensões históricas, políticas e sociais, imbricados na produção da depressão, de modo a romper com a visão reducionista, calcada no modelo biomédico, que se tem acerca do fenômeno.

PALAVRA-CHAVE

Representação Social. Depressão. Sociedade.

ABSTRACT

The present study aims to elaborate an analysis on Depression and Social Representation in view of the current conjuncture of society. For that, the referred work is characterized as a theoretical research of bibliographic and qualitative character carried through through studies of books, articles and scientific magazines and qualified sites referring to the theme, with the intention of fomenting answers to the demanded question. Thus, the referenced theme is of great relevance, as studying aspects of social representation in relation to depression and of extreme importance, since social representations are categories of scientific thought that express social reality, have the ability to explain, understand, question the current social relations. With this, we seek to rescue the historical, political and social dimensions involved in the production of depression, in order to break with the reductionist view, based on the biomedical model, that we have about the phenomenon.

KEYWORDS

Social representation. Depression. Society.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo elaborar un análisis sobre Depresión y Representación Social en vista de la coyuntura actual de la sociedad. Para ello, el trabajo referido se caracteriza por ser una investigación teórica de carácter bibliográfico y cualitativo realizada a través de estudios de libros, artículos y revistas científicas y sitios calificados referentes al tema, con la intención de fomentar respuestas a la pregunta demandada. Así, el tema referenciado es de gran relevancia, ya que estudia aspectos de la representación social en relación con la depresión y de extrema importancia, ya que las representaciones sociales son categorías del pensamiento científico que expresan la realidad social, tienen la capacidad de explicar, comprender, cuestionar la actualidad social relaciones. Con esto, buscamos rescatar las dimensiones históricas, políticas y sociales involucradas en la producción de la depresión, para romper con la mirada reduccionista, basada en el modelo biomédico, que tenemos sobre el fenómeno.

PALABRAS CLAVE

Representación social. Depresión. Sociedad.

1 INTRODUÇÃO

A dicotomia normal-patológico expressa uma concepção de mundo como externo ao sujeito, como se não estivéssemos implicados nele de maneira orgânica por meio do nosso funcionamento (REY, 2004). O normal deixa de ser a capacidade do indivíduo de produzir suas próprias normas na sua relação concreta com seu meio de acordo com suas possibilidades e limitações – processo que Canguilhem (2002) denomina normatividade biológica – para ser uma normatividade social, marcadamente externa ao sujeito.

Já de acordo com Goffman (2001) expõe que na dicotomia saúde/doença e normal/patológico, o sujeito se depara com uma perspectiva rígida e arbitrária de vivenciar suas experiências, em que qualquer maneira que divirja da norma é marginalizada à esfera do patológico, não levando em consideração a implicação do sujeito em seus processos – o que pode levar à mortificação do eu.

Assim sendo, é preciso situar sobre o que é a depressão, portanto, a depressão enquanto manifestação de sintomas inter-relacionados a fatores psíquicos, orgânicos, hereditários, sociais, econômicos, religiosos, entre outros, vem se apresentando na sociedade pós-moderna com uma taxa significativamente eminente, gerando um sofrimento que interfere de modo considerável na qualidade de vida, na produtividade e incapacitação social do sujeito, alcançando desde crianças a pessoas idosas, rompendo fronteiras de idade, classe socioeconômica, cultura, raça e espaço geográfico (COUTINHO et al., 2003).

Para Camon (2001), a depressão manifesta-se como resultante de uma inibição global do indivíduo que afeta a função da mente, altera a maneira como a pessoa vê o mundo, sente a realidade, entende as coisas e manifesta suas emoções. Sendo assim, é vista como uma doença do organismo como um todo, que afeta o ser humano na sua totalidade, sem separação entre o psíquico, social e o físico, onde o desespero em relação à vida, a angústia, o desejo de um fim, a morte como presença, o medo como aliado da existência, o abandono da autoestima, o suicídio como proposta, expressam entre outros sinais a dor da pessoa deprimida.

Assim, o tema referenciado e de grande relevância para a atual conjuntura da sociedade, onde estudar os aspectos da representação social em relação com a depressão é de extrema importância, uma vez que, as representações sociais são categorias do pensamento científico que expressam a realidade social, têm a capacidade de explicar, compreender, questionar as relações sociais vigentes.

Com isso, buscamos resgatar as dimensões históricas, políticas e sociais imbricados na produção da depressão, de modo a romper com a visão reducionista, calcada no modelo biomédico, que se tem acerca do fenômeno. Também refletimos sobre a importância de novas estratégias de assistência por meio da oferta de espaços dialógicos que, não partindo de um ideal biomédico a priori, acolham a experiência vivida pelo indivíduo, contemplando os aspectos da subjetividade individual e da subjetividade social implicados na vivência de uma depressão.

Desse modo, oportuniza-se condições que favoreçam a emergência do sujeito que vivencia tal experiência, supostamente patológica, de forma a criar condições para uma reflexão crítica e viabilizar possibilidades de compreensão mais amplas e complexas. Onde esse processo pode fomentar o desenvolvimento de recursos subjetivos que favoreçam formas singularizadas de vivenciar esse período de depressão (CESARIO; GOULART, 2018).

De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, o profissional de psicologia trabalhará, visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O presente trabalho tem como objetivo geral elaborar uma análise sobre a Depressão e a Representação Social perante a atual conjuntura social, no qual, pretende avaliar como a depressão é vista no atual cenário da sociedade, juntamente com a análise do papel da representação social perante o entendimento da depressão. Dessa forma, o estudo se dará a partir de uma pesquisa teórica de caráter bibliográfico e qualitativo realizada por meio de estudos de livros, artigos, revistas científicas e sites habilitados referente a temática, com o intuito de fomentar respostas ao quesito demandado. O levantamento de dados ocorrerá por meio de: constatação bibliográfica, averiguação de fontes, leituras e construção do texto em conjunto com o orientador.

Desse modo, a pesquisa de bibliográfica abarca toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. No qual tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o tema estudado (MARCONI; LAKATOS, 2017).

2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO EU

A subjetividade contém o conjunto de vivências particulares de um indivíduo, o que implica não somente a sua relação passiva com o mundo e com o outro, mas também o seu engajamento ativo nessas direções. Trata-se de experiência e categoria que surgem com a sociedade moderna, na qual o ser humano é definido e constituído, de forma contraditória, dentro das determinações sociais e históricas, como ser livre, individual, autônomo (OLIVEIRA, 2009).

Já na concepção de Rey (2001), a subjetividade configura um macroconceito orientado à compreensão da psique como sistema complexo, que de forma simultânea se expõe como processo e como organização. O macroconceito retrata realidades que aparecem de várias maneiras, que em suas próprias dinâmicas modificam sua auto-organização, o que guia de modo permanente a uma tensão entre os processos gerados pelo sistema e suas formas de auto-organização, as quais estão comprometidas de maneira permanente com todos os processos do sistema, portanto, a subjetividade coloca a definição da psique num nível histórico-cultural, no qual as funções psíquicas são entendidas como processos permanentes de significação e sentidos.

De acordo com Vygotsky (1991), o comportamento do homem e suas relações são estabelecidos não somente por reações condicionadas, manifestas e totalmente explícitas, mas também por aquelas não expostas externamente, as quais não se pode ver simplesmente. E os reflexos não manifestos, internos, inacessíveis à percepção direta do observador, podem ser metodologicamente investigados, indiretamente ou de forma mediatizada, por meio de reflexos acessíveis à observação, como a palavra (fala ou escrita).

A própria consciência ou a tomada de consciência dos nossos atos e estados deve ser interpretada como sistema de transmissores de uns reflexos a outros que funcionam corretamente em cada momento consciente. Quanto maior seja o ajuste com que qualquer reflexo interno provoque uma nova série em outros sistemas, mais capazes seremos de prestar-nos contas de nossas sensações, comunicá-las aos demais e vivê-las (senti-las, fixá-las nas palavras etc.) (VYGOTSKI, 1991, p. 3).

Neste sentido Gomes e outros autores (2016) afirmam que a partir da imersão em uma cultura constituída de significações o indivíduo é orientado a um modo de ser, agir e interagir com os ideais e com os outros que correspondem a essa cultura, esse processo acontece a partir da linguagem que têm papel organizador e planejador do ser humano, que não apenas se comunica, mas constrói o seu mundo e regula a si mesmo. A linguagem é um conceito central e importante na teoria sócio-histórica pois é um sistema simbólico de todos os grupos culturais, a linguagem e o pensamento verbal então constituem o sujeito para além do biológico e o transforma em sócio-histórico (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Vygotsky a linguagem constitui o sistema de mediação simbólica que funciona como instrumento de comunicação, planejamento e autorregulação, é que por meio da função comunicativa que o indivíduo se apropria do mundo externo, pois é pela comunicação estabelecida na interação que ocorrem “negociações”, interpretações das informações, dos conceitos e significados (LUCCI, 2006).

Assim sendo, Vygotsky (1987) diz que o homem se produz na e pela linguagem, isto é, é na interação com outros indivíduos que formas de pensar são construídas por meio da apropriação do saber da comunidade em que está inserido, onde a relação entre homem e mundo é uma relação mediada, na qual, entre o homem e o mundo existem elementos que auxiliam a atividade humana. Estes elementos de mediação são os signos e os instrumentos. O trabalho humano, que une a natureza ao homem e cria, então, a cultura e a história do homem, desenvolve a atividade coletiva, as relações sociais e a utilização de instrumentos. Os instrumentos são utilizados pelo trabalhador, ampliando as possibilidades de transformar a natureza, constituindo, assim, um objeto social.

Por conseguinte, Goffman (1985) expõe o conceito de estigma, que é um processo de construção histórico social que passou por diversas modificações, desde os tempos antigos até a contemporaneidade. Na Grécia Antiga: sinais corporais usados para ressaltar alguma característica ruim e indesejável do sujeito e alertar as demais pessoas para a inconveniência e perigo do contato. Na era Cristã: conotação positiva, sinal corporal da graça de Deus. Nos dias atuais: prevalescimento da conotação negativa, referindo-se menos à evidência corporal e mais à condição de exclusão social.

Ainda segundo o autor, o estigma social é definido pela desaprovação das características e crenças pessoais que confrontam as normas culturais prevalentes em determinado grupo social, conduzindo os portadores destas características ou adeptos destas crenças à marginalização. Portanto, o estigma é a situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena, ou seja, é a condição de não possuir atributos considerados importantes por um grupo social majoritário.

Deste modo, o estigma evidencia um atributo profundamente depreciativo destacado sobre uma série de características tidas como desvios aos bons valores e padrões normativos. Trata-se de uma linguagem de relações entre atributo e estereótipo, cunhado ancestralmente e ainda utilizado

modernamente em sentido semelhante ao original no que se refere ao denotar uma condição social de desgraça e descrédito. É um símbolo de inferioridade social derivada de julgamentos mais ou menos consensuais por parte de uma coletividade que objetiva reduzir a pessoa a seu suposto desvio. A diferença define a integralidade de seu ser, a qual passa a se orientar conforme as marcas sobre ela destacada, se amoldando ao rótulo sobre ela posto (GOFFMAN, 1980).

3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONHECIMENTO PRÁTICO

O termo representação social é oriundo da sociologia, que tem como percurso o filósofo Émile Durkheim, no entanto esse termo havia sido esquecido, mas, foi resgatado e está sendo empregado nas ciências humanas. De acordo com Farr (1995), Durkheim faz uma distinção entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Para ele o estudo das representações individuais seria do domínio da psicologia, e o estudo das representações coletivas ficaria a cargo da sociologia, assim o fundamento de tal distinção estava na crença, por parte desse teórico, de que as leis que explicavam os fenômenos sociais eram diferentes das leis que explicavam os fenômenos individuais.

Por conseguinte, o termo foi resgatado por Serge Moscovici, no ano de 1961, onde possuía o intuito de designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidade individuais e coletivas ou psicológicas e sociais. Assim, na contemporaneidade, o termo representação social saiu da órbita da sociologia para gravitar na da psicologia social (SÊGA, 2000).

De acordo com Moscovici (1961), as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Portanto, a Representação Social, para Moscovici, possui uma dupla dimensão, Sujeito e Sociedade, e situa-se no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Sendo assim, o termo representação social foi proposto com o intuito de designar um conjunto de fenômenos e processos relativos ao conhecimento do senso comum, ao pensamento leigo, que até então era classificado como um modo de conhecimento deslocado, fragmentado, que estava em oposição ao conhecimento científico. Portanto, a representação social se torna um instrumento referencial que permite a comunicação em uma mesma linguagem.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o termo representação social foi proposto com o intuito de designar um conjunto de fenômenos e processos relativos ao conhecimento do senso comum, ao pensamento leigo, que até então era classificado como um modo de conhecimento deslocado, fragmentado, que estava em oposição ao conhecimento científico. Portanto, a representação social se torna um instrumento referencial que permite a comunicação em uma mesma linguagem.

Já na concepção de Spink (1995), as representações sociais são classificadas como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Portanto tal privilégio já pressupõe a ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado, isto é, focalizam o saber que já transpôs o limiar epistemológico, sendo constituídas por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência.

Portanto, dentro de uma dimensão social, a ciência e o senso comum são irredutíveis uma ao outro, pelo fato de serem modos de compreender o mundo e de se relacionar a ele. Assim embora o senso comum mude seu conteúdo e as maneiras de raciocinar, ele não é substituído pelo conhecimento científico (MOSCOVICI, 2004).

A representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunidade que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. (SÊGA, 2000, p. 128).

Assim, a teoria das representações sociais é uma teoria sobre a produção dos saberes sociais. Ela se centra sobre a análise da construção e transformação do conhecimento social, também tenta elucidar como que o saber e o pensar se interligam na trama do tecido social. Saber, aqui se refere a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano e que pertencem ao mundo vivido (JOVCHELOVITCH, 1998).

Nesse sentido, Abric (1994) diz que a Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici é uma teoria que pode ser abordada em termos de produto e em termos de processo, pois a representação é, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real, confrontando e atribuindo uma significação específica. Desse modo, a representação é uma ação simbólica de um sujeito em relação com um mundo que nunca é completamente dado e nunca é completamente aberto, que ao mesmo tempo que lhe precede e o constitui enquanto sujeito, vai se instituindo e se transformando enquanto um produto da ação humana.

Dessa forma, para compreender o fenômeno de algumas Representações Sociais, é necessário se perguntar o por que é criado essas representações? A resposta é que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar. Sendo assim, e preciso considerar que os universos consensuais são universos familiares nos quais as pessoas querem ficar, pois não há conflito. Nesse universo, tudo o que é dito ou feito, confirma as crenças e as interpretações adquiridas.

Em geral, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização em que os objetos, pessoas e acontecimentos são compreendidos previamente. O não-familiar são as ideias ou as ações que nos perturbam e nos causam tensão. Essa tensão entre o familiar e o não-familiar é sempre estabelecida em nossos universos consensuais, em favor do primeiro. No entanto, o que nos é incomum, não-familiar é assimilado e pode modificar nossas crenças. Esse é o processo de re-apresentar o novo. Para assimilar o não-familiar, dois processos básicos podem ser identificados como geradores de representação social, o processo de “ancoragem e objetivação”. (MOSCOVICI, 2004).

Deste modo, a Ancoragem tem o papel de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que lhe parece estranho. Para Jodelet (2001) a ancoragem é um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação, é capaz, também, de se referir a todo elemento estranho ou

desconhecido no ambiente social ou ideal. Nesse sentido, por meio da ancoragem tornamos familiar o conceito ou objeto representado.

Portanto, a ancoragem é o processo pelo qual procuramos classificar, encontrar um lugar e dar nome a alguma coisa para encaixar o não-familiar. Pela nossa dificuldade em aceitar o estranho e o diferente, este é, portanto, percebido como ameaçador. No momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e, comunicá-lo mesmo vagamente, podemos, então, representar o não-usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo (MOSCOVICI, 2004).

Já o segundo processo de formação das representações sociais, denominado por Moscovici de Objetivação, tem a tarefa de objetivar a ancoragem, ou seja, externaliza o conhecimento abstraído pelos sujeitos. Por isso, Moscovici descreve que a objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2010).

Portanto, ainda de acordo com o mesmo autor, os dois processos de que geram as representações sociais transformam o não familiar em familiar, transferindo-o a própria esfera particular, onde os sujeitos são capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que pode ver e tocar, e até mesmo controlar, assim, aquilo que a mente identifica está relacionado com os aspectos físicos e o pensamento que era imaginário se transfere para a realidade social, transformando o estranho em familiar.

Dessa forma Moscovici (2004) relata que dessa soma de experiências e memórias comuns, extrai-se as imagens, a linguagem e os gestos necessários para superar o conflito gerado pelo saber não-familiar. Ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória. A ancoragem mantém a memória em movimento, a qual é dirigida para dentro e está sempre armazenando e excluindo objetos, pessoas e acontecimentos classificados e nomeados por essa ancoragem de acordo com os seus tipos. A objetivação, mais ou menos direcionada para fora (para outros), elabora conceitos e imagens para reproduzi-los no mundo exterior.

4 DEPRESSÃO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A depressão é um transtorno mental caracterizado por tristeza, perda de interesse ou prazer, sentimento de culpa ou baixa autoestima, distúrbios do sono ou do apetite, sensação de cansaço e falta de concentração. Desse modo, o termo depressão, na contemporaneidade tem sido aplicado para designar tanto um estado afetivo normal (a tristeza), quanto um sintoma, uma síndrome e uma (ou várias) doença(s). Enquanto síndrome, a depressão inclui não apenas alterações do humor (tristeza, irritabilidade, falta da capacidade de sentir prazer, apatia), mas também uma gama de outros aspectos, incluindo alterações cognitivas, psicomotoras e vegetativas (sono, apetite). No que se refere a doença, a depressão tem sido classificada de várias formas, na dependência do período histórico (DEL PORTO, 1999).

Segundo Beck e Alford (2011), a depressão pode ser definida como uma alteração específica de humor caracterizada por tristeza, solidão e apatia, onde o sujeito demonstra um autoconceito negativo derivado de sentimento de culpa e de autorrecriminação com desejos de escapar, esconder-se ou

de morrer, podendo também, apresentar insônia, perda de libido, anorexia e o seu nível de atividade física sofre alterações, demonstrando agitação ou lentificação.

Portanto, ao longo do século XX, observou-se um gradativo aumento de interesse na compreensão do binômio saúde-doença, considerando-se os aspectos biopsicossociais que perpassam esse fenômeno. De acordo com Del Porto (1999), para se diagnosticar a depressão deve-se ter como parâmetro três grupos de sintomas: os psíquicos (humor depressivo, redução na capacidade de experimentar prazer, fadiga ou sensação de perda de energia e uma diminuição na capacidade de pensar); os fisiológicos (alterações do sono e do apetite e redução do interesse sexual); e, por fim, os comportamentais (retraimento social, crises de choro, comportamentos suicidas, retardo psicomotor e lentidão generalizada ou agitação generalizada).

Dessa forma, Dalgalarrondo (2008) descreve que no estado depressivo ocorrem alterações na atenção, na cognição e na memória, de modo que indivíduo tende a maximizar os aspectos vivenciados de forma negativa. Portanto, sendo pertinente reconhecer as diferentes representações relacionadas à depressão, pois estas representações podem ter um impacto na evolução da doença e na eficácia do tratamento, onde destaca-se que as representações em torno da organização, inserções social e psicológica da depressão fornecem um meio de identificar com maior precisão e melhor compreensão as diferentes posições dos pacientes e dos interessados em lidar com a depressão. (COSTA et al., 2014).

De acordo com o DSM V os Transtornos Depressivos incluem transtorno disruptivo da desregulação do humor, transtorno depressivo maior (incluindo episódio depressivo maior), transtorno depressivo persistente (distímia), transtorno disfórico pré-menstrual, transtorno depressivo induzido por substância/medicamento, transtorno depressivo devido a outra condição médica, outro transtorno depressivo especificado e transtorno depressivo não especificado. A característica comum desses transtornos é a presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo.

Já de acordo com o CID-10, nos episódios depressivos o indivíduo evidencia um rebaixamento do humor, redução da energia e diminuição da atividade. Existe alteração da capacidade de experimentar o prazer, perda de interesse, diminuição da capacidade de concentração, associadas em geral à fadiga, mesmo após um esforço mínimo. Observam-se na totalidade problemas do sono e diminuição do apetite.

Existe quase sempre uma diminuição da autoestima e da autoconfiança e frequentemente ideias de culpabilidade e ou de indignidade. O humor depressivo varia pouco de dia para dia ou segundo as circunstâncias e pode se acompanhar de sintomas ditos “somáticos”, por exemplo perda de interesse ou prazer, despertar matinal precoce, lentidão psicomotora, agitação, perda de apetite, perda de peso e perda da libido. O número e a gravidade dos sintomas permitem determinar três graus de um episódio depressivo: leve, moderado e grave.

De tal modo, Moscovici (2003) define as representações sociais enquanto forma característica de conhecimento de nossa época, que corresponde, por um lado, a uma substância simbólica e, por outro, à prática que tal substância produz. Dessa maneira, as representações sociais são um sistema de valores, ideias e práticas que desempenham uma dupla função. Primeiramente, de estabelecer uma ordem, permitindo que as pessoas se orientem a partir delas em seu mundo material e social. Em se-

gundo lugar, elas possibilitam a comunicação entre os membros de uma comunidade ao fornecer-lhes um código que nomeie e classifique os fenômenos de seu mundo.

A representação social da depressão é fortemente marcada pelo modelo biomédico, que se baseia em uma rígida dicotomia entre o normal e o patológico. Nesse processo, aquilo que diverge da norma, ou da representação social hegemônica, passa a ser compreendido como inatural a partir do pressuposto de uma única maneira “saudável” de viver (ARRAIS, 2005). O normal configura-se, por outro lado, a partir de um ponto de vista estatístico quantitativo e em um protótipo qualitativo ideal a ser atingido. Nessa ótica, ignora-se todo o aspecto cultural, social e singular presentes na produção da “doença”, como também a capacidade do indivíduo de criar seus próprios parâmetros em consonância com sua própria experiência. (CANGUILHEM, 2002).

Dessa forma, para Coutinho (2005) ter acesso às representações sociais de um objeto social é tentar compreender as formas que os indivíduos utilizam para criar, transformar e interpretar uma problemática vinculada a sua realidade. Significa também tentar conhecer seus pensamentos, sentimentos, percepções e experiências de vida compartilhada, de acordo com a classe social a que pertencem e com as instituições às quais estão vinculados.

Ainda de acordo com este autor, acessar as representações sociais da sintomatologia da depressão é tentar não só compreender as formas que os indivíduos utilizam para criar, modificar e interpretar essa problemática acoplada a sua realidade, mas também conhecer seus pensamentos, sentimentos, percepções e experiências de vida compartilhada. Todos esses fatores são destacados nas modalidades diferenciadas de comunicação, de acordo com a classe social a que pertencem, também se prolongam para além das dimensões intrapsíquicas e concretizam-se em fenômenos sociais possíveis de serem identificados e mapeados.

Assim, nesse direcionamento, com o estudo das representações sociais, o conhecimento do senso comum passou a receber a atenção necessária, ou seja, a teoria tem como pressuposto verificar o conhecimento comum produzido por meio das comunicações por determinados grupos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar, diante todo o exposto, a relevância deste estudo para os futuros profissionais de psicologia e para toda a sociedade. Pois por meio da compreensão da estrutura da representação social da depressão, podem lançar mão de estratégias mais assertivas para lidar com a prática do cuidado, também com o manejo do pensamento social relacionado a esse importante problema de saúde pública da atualidade, uma vez que, os sintomas depressivos exercem um importante impacto na qualidade de vida dos sujeitos, não se restringindo apenas às características clínicas do transtorno.

Portanto, o processo de mudança das representações sociais é um movimento lento, onde tratar de representações sociais significa abordar a própria construção da realidade, como universo em que se encontram sujeitos e grupos que se comunicam, se relacionam e consolidam o meio social em que vivem, pois a teoria das representações sociais, ao romper com a dicotomia entre objetividade e subjetividade, ao permitir a apreensão dos fenômenos psicológicos em sua dimensão social, tem se configurado num paradigma de grande relevância.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques sociales et representations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

AMERICAN Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARRAIS, Alessandra da Rocha. **As configurações subjetivas da depressão pós-parto**: para além da padronização patologizante. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BECK, Aaron Temkin; ALFORD, Brad. **Depressão**: causas e tratamento. 2. ed. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CAMON, Valdemar Augusto Angerami. **Depressão como um processo vital**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

CESARIO, Rafaela Pinheiro; GOULART, Daniel Magalhães. Depressão pós-parto para além do diagnóstico: representações sociais e subjetividade. **Revista Subjetividade**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 79-91, abril 2018.

CID-10. **Classificação dos transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnóstica – Organização Mundial da Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CÓDIGO de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

COSTA, Fabrycianne Gonçalves *et al.* Rastreamento da depressão no contexto da insuficiência renal crônica. **Revista Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 445-455, 2014.

COUTINHO, Maria da Penha de lima. **Depressão infantil**: uma abordagem psicossocial. João Pessoa: Universitária, 2005.

COUTINHO, Maria da Penha de lima *et al.* Depressão, um sofrimento sem fronteira: representações sociais entre crianças e idosos. **Psico-USF**, v. 8, n.2, p. 183-192, jul./dez. 2003.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico: depressão. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 21, s. 1, p. 6-11, maio. 1999.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOMES, Isadora Dias *et al.* O social e o cultural na perspectiva histórico-cultural: tendência conceituais contemporâneas. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 814-831, dez. 2016.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

LUCCI, Marcos Antonio. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. **Revista de currículum y formación del profesorado**, São Paulo, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações** sociais: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes. Construção da subjetividade humana e tecnologia da informação e comunicação - uma nova moralidade? **Conhecimento e Diversidade**, Niterói, n. 2, p.45-55, jul./dez. 2009.

REY, Fernando Luiz González. **Personalidade, saúde e modo de vida**. São Paulo: Thopson, 2004.

REY, Fernando Luiz González. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. **Psicologia em educação**, São Paulo, 2º sem. de 2001. p. 9-15.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, p. 128-133, jul. 2000.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. *In*: SPINK, M. J. P. (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 85-108.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Obras escogidas II**: problemas de psicologia general. Madri: Visor Distribuciones, 1991.

Recebido em: 3 de Outubro de 2021

Avaliado em: 25 de Novembro de 2021

Aceito em: 5 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2022 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (2015); Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Psicólogo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009).
E-mail: gilsonpsico@gmail.com

2 Acadêmica do curso de Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione – FACDO.
E-mail: geovannagoulartprudente@gmail.com

